Livro de Registro de Inventário
Livro de Registro de Saídas
Livro Diário
Livro Razão

Outros 1:
Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer destas ações fiscais.

Local p/ entrega da documentação: Rodovia Transamazônica Km 05, Quadra Especial, Folha 30, Nova Marabá – Marabá – PA, fone: (94)2101.4800.

O não atendimento às presentes NOTIFICAÇÕES, nos prazos estipulados, determinarão a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Artigo 78, inciso XI, alínea C da Lei n.º 5.530/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Estadual.

ANTONIO FREIRE DE ARAUJO

Coordenador Fazendário da CERAT Marabá

O Coordenador Substituto da CERAT Marabá, no uso de suas atribuições, NOTIFICA a pessoa física abaixo relacionada, nos termos do Artigo 11 da Lei n.º 6.182/98 e dos artigos 65 e 66 da Lei n.º 5.530/89, combinado com os artigos 124 e 744 do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, a apresentarem os documentos a seguir relacionados, objeto de ação fiscal de Rotina ou Pontual, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do 15º dia da publicação deste edital, na forma do art. 14, parágrafo 3º, III da Lei 6.182/98.

Razão Social: ATACADÃO DE ARMARINHO IPANEMA LTDA

Inscrição Estadual: 15.326.290-7

Notificação Fiscal nº 032018820000082-9

Período: De 01/2018 até 03/2018

Auditor Fiscal solicitante: Daughish Sales Alves

Documentos solicitados:

Balanco Patrimonial

Comprovante de entrega do arquivo da EFD – Período

Demonstração do Resultado do Exercício

Livro Caixa

Livro de Registro de Entradas

Livro de Registro de Inventário

Livro de Registro de Saídas

Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrências

Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer destas ações fiscais.

Local p/ entrega da documentação: Rodovia Transamazônica Km 05, Quadra Especial, Folha 30, Nova Marabá – Marabá – PA, fone: (94)2101.4800.

O não atendimento às presentes NOTIFICAÇÕES, nos prazos estipulados, determinarão a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Artigo 78, inciso XI, alínea C da Lei n.º 5.530/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Estadual.

ANTONIO FREIRE DE ARAUJO

Coordenador Fazendário da CERAT Marabá

Protocolo: 343060

O Coordenador da CERAT Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda. FAZ SABER aos sujeitos passivos abaixo relacionados que os Autos de Infração e Notificação Fiscal foram julgados PROCEDENTES, ficando ciente das decisões após 15 (quinze) dias da data de publicação deste Edital, podendo pagar o Crédito Tributário correspondente com 20% de redução da multa, em até 30 (trinta) dias, na hipótese de pagamento integral da importância exigida ou recorrer da decisão em igual prazo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF, findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998. Outrossim, em caso de interposição de recurso ao TARF, o mesmo deverá ser apresentado à CERAT Marabá, sito a Rodovia Transamazônica Km 05, Quadra Especial, Folha 30, Nova Marabá – Marabá – PA, fone: (94)2101-4800

AINF	I.E / CPF / CNPJ	SUJEITO PASSIVO
032017510000632-7	15238456-1	VITÓRIA ATACADISTA E VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA
032017510000684-0	15377912-8	VITÓRIA ATACADISTA E VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA

ANTONIO FREIRE DE ARAUJO

Coordenador da CERAT Marabá

Protocolo: 343056

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Ilmo. Sr. ANTONIO FREIRE DE ARAUJO, Coordenador da CERAT Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda, FAZ SABER pelo presente Edital, que fica intimada a empresa IRON MAX DA SILVEIRA, Inscrição Estadual 15.255.658-3 nos termos do artigo art. 13 da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da Segunda Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários, prolatada na sessão realizada no dia 11/05/2017, relativa ao Processo de Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionado, que negou provimento ao Recurso de Ofício.

AINF	RECURSO VOLUNTÁRIO	ACÓRDÃO
032010510000060-3	12210	5682 - 2ª CPJ

ANTONIO FREIRE DE ARAUJO

Coordenador da CERAT Marabá

Protocolo: 343062

PROCESSO Nº: 002018730014535-8 IMPUGNANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÁ ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO DOS ÍNDICES PROVISÓRIOS DE 2019, PUBLICADOS NO DEC. 2120/2018. RELATÓRIO DA IMPUGNAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Tucumã, através do procurador, o Advogado SILVIO MARCOS HUIDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/GO sob n.º 28.765 e OAB/TO 5.196-A, impugna os índices provisórios, publicados pelo Decreto 2120/2018, para vigência no ano 2019 e requer que:

- Seja recebido a presente, porque cabível à espécie, por estar em consonância com a legislação que rege a matéria;
2- Seja computado para o índice de participação no ICMS de Tucumã para o exercício de 2018, as DIEF retificadas ou enviadas fora do prazo;

- Seja computado para o valor adicionado do município as notas fiscais de entrada da indústria comercio laticínios da Amazônia LTDA, cuja inscrição estadual é 15.155.231-2 e CNPJ nº 34.906.172/0001-40, indústria e comercio de alimentos Tucumã LTDA. EPP, cuja inscrição estadual é 15.280.983-0 e CNPJ nº 10.537.593/0001-83 e a empresa laticínios NATTA LTDA, cuja inscrição estadual é 15.236.295-9 e CNPJ nº 04.191.932/0002-09;

- Seja computado para o valor adicionado do município as notas fiscais de entrada cooperativa mista agropecuária tucumã LTDA, inscrita na inscrição estadual nº 15.110.795-5;

- Requer o acréscimo de 12,125% nas saídas da empresa cooperativa mista agropecuária tucumã LTDA, inscrita na inscrição estadual nº 15.110.795-5, pois as isenções, reduções devem ser computadas no valor adicionado, conforme previsão legal do art. 3º, § 4º, inciso I da lei estadual nº 5.645/91 c/c art. 3º, § 2º, inciso da lei complementar nº 63/90;

Seja computado para o valor adicionado do município referente ao conhecimento de transporte do município de tucumã visto que o valor lançado para o município não corresponde a realidade e somente o transporte realizado pelos frigoríficos MFB MARFRIG frigoríficos brasil S/A, inscrição estadual nº 15.295.105-9 e JBS S/A, inscrição estadual nº 15.307.999-1 ultrapassam o montante computado;

- Seja computado para o valor adicionado do município as empresas frigoríficas - abate de bovinos CNAE 1011201, visto que o valor adicionado das mesmas não foi devidamente computado;

- Seja computado valor adicionado das empresas frigoríficas - abate de bovinos CNAE 1011201, descontando do valor adicionado o código CFOP 1949, pois o mesmo foi devidamente computado na entrada da DIEF, pois a legislação paraense estabelece que toda nota fiscal avulsa de bovinos deve ser acompanhada da nota de entrada do frigorífico, sendo portanto, duplamente contabilizada.

Requer o acesso a todas as informações que compõe o valor adicionado do município conforme decisão da ilustre magistrada, Mônica Maués Naif Daibes, juíza de direito titular da 3ª vara de execução fiscal nos autos do processo nº 0434644-48.2016.8140301, sendo importante destacar que o não cumprimento da ordem judicial é crime de desobediência.

DECISÃO:

Sobre o item 1, temos a informar que o presente expediente foi recepcionado como impugnação tempestiva ao índice cota parte referente ao município de Tucumã para o ano de 2019;

Quanto ao item 2, ressaltamos que, caso sejam verificadas a existência de novas declarações retificadoras ou enviadas fora do prazo, na base de dados da Receita Federal ou da Secretaria da Fazenda, até o cálculo do índice definitivo, estas serão baixadas, incorporadas ao banco de dados da SEFA, processadas e computadas no cálculo do VA;

No que se refere aos cálculos do Valor Adicionado das entradas do leite das empresas listadas no item 3, temos a informar que foram computadas todas as Notas Fiscais eletrônicas emitidas como entradas para as Indústrias de Transformação e o valor adicionado processado para o município foi de R\$ 14.317.620,58. Quando ao item 4, relativo ao Valor Adicionado das entradas da empresa que adquiriu o cacau, temos a informar que os valores das Notas Fiscais eletrônicas emitidas como entradas, foram processadas, gerando um VA de R\$ 5.646.379,53.

Sobre o item 5, informamos que o sistema de cálculo do valor adicionado já inclui todos os valores registrados nas Declarações, computando todas as operações e prestações previstas no § 2º do art. 3º da Lei Complementar 63/90 e no § 4º do art. 3º da Lei Estadual Nº 5.645/91, não havendo nada mais a ser computado; Quanto ao item 6, informamos que para as empresas inscritas no Estado do Pará e que prestaram serviços de transportes, o VA foi calculado a partir do Anexo I da DIEF, entretanto, aquelas que deixaram cumprir com sua obrigação, foram estimadas e encaminhadas para a fiscalização;

No que se refere aos itens 7 e 8, relativamente às empresas frigoríficas, visto que o valor adicionado das mesmas não foram devidamente computados, temos a informar que todas as informações foram contabilizadas para o município e que o cálculo do índice de participação dos municípios, no produto da arrecadação do ICMS, é realizado conforme determina o artigo 3º, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 63/90, com base nos documentos estabelecidos no decreto estadual nº 4.478/, na Instrução Normativa 026/2014 e acompanhado pelo Grupo de Trabalho, destinado a executar as tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios no Produto da Arrecadação do ICMS, com a participação dos representantes, titular e suplente indicados por cada uma das Associações de Municípios, legalmente constituídas e a Prefeitura Municipal de Capital, nos termos do decreto nº 2.057/93, observando-se a escorreita aplicação da legislação pertinente; e

8 - Sobre o item 9, onde requer o acesso a todas as informações que compõe o valor adicionado do Município, conforme decisão judicial, temos a informar que, segundo a Consultoria Jurídica desta Secretaria, a referida decisão não emanou qualquer ordem em sentido contrário às decisões administrativas proferidas por este Órgão, tendo inclusive determinado a extinção do feito, sem resolução do mérito, em face de incompetência do Juízo, permanecendo, desta forma, o entendimento de que tais informações não podem ser disponibilizadas, em cumprimento a orientação do Parecer Jurídico da SEFA, ratificado pela PGE, sobre: "sigilo fiscal - acesso informações no cálculo dos índices de participação dos municípios na parcela de arrecadação do ICMS" (processo administrativo nº 002011730005254-5), onde informa que o acesso as informações e documentos, de que trata o art. 3º, § 5º, da LC 63/90, não poderá invadir o sigilo de dados a ponto de relevar a situação econômica ou financeira, a natureza e o estado dos negócios ou atividades dos contribuintes.

O Grupo de Trabalho Cota-Parte vem desenvolvendo as tarefas inerentes ao cálculo dos índices definitivos, conforme preceitua art. 3º, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 63/1990, com base no qual esses índices serão publicados no prazo previsto no § 8º do mesmo dispositivo legal.

Isto posto, julgamos procedente os itens 1 e 2 e improcedente a impugnação dos demais itens, nos termos acima.

Belém, 26 /07/2018.

Edna de Nazaré Cardoso Farage

Diretora de Arrecadação e Informações Fazendárias

Presidente do Grupo de Trabalho Cota-Parte

Protocolo: 343276

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS – CAT

Portaria n.º201801000823 de 27/07/2018 - Proc n.º 002018730006341/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Teilon Noronha Fortaleza – CPF: 001.191.322-30

Marca: TOYOTA/YARIS SD XL 15 MT Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT

Portaria n.º201804004798, de 27/07/2018 - Proc n.º 2018730014737/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Manoel Altevir Ferreira de Albuquerque – CPF: 039.893.052-04

Marca/Tipo/Chassi

CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ/Pas/

Automovel/9BGJCG69X0CB336542

Portaria n.º201804004800, de 27/07/2018 - Proc n.º 2018730014775/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Roberto Carlos Silva Correa – CPF: 236.864.482-20

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/ETIOS SD XLS/Pas/Automovel/9BRB29BT3D2022799

Portaria n.º201804004804, de 27/07/2018 - Proc n.º 2018730014817/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Adimax Lima Alves – CPF: 333.593.932-87

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/ETIOS SD XS 15 MT/Pas/

Automovel/9BRB29BTXH2131038

Portaria n.º201804004806, de 27/07/2018 - Proc n.º 2018730014761/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Raimunda Martins Moraes – CPF: 154.968.992-49

Marca/Tipo/Chassi

CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ/Pas/Automovel/9BGJCG75E0GB187296

Portaria n.º201804004808, de 27/07/2018 - Proc n.º 2018730014764/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Silvio Carneiro de Almeida – CPF: 609.832.802-15

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/DOBLO ADV 1.8 FLEX/Pas/Automovel/9BD119409F1122205

PORTARIAS DE REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IVA – CAT